

CONJUNTURA

Aposta na nova geração

Sem esquecer problemas atuais das micro e pequenas empresas, Sebrae-DF busca despertar empreendedorismo nos jovens

» ISADORA ALBERNAZ*

Com programas específicos e uma parceria firmada com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, o Sebrae-DF tem como atual foco “despertar o empreendedorismo” entre crianças e adolescentes. “Nossa aposta é na nova geração”, disse o superintendente da entidade, Valdir Oliveira, ao *CB.Poder*, programa do *Correio* em parceria com a TV Brasília. Ele também ressaltou a necessidade de amparar os micro e pequenos empreendedores brasileiros, grupo fortemente prejudicado durante o período mais crítico da pandemia da covid-19.

“Estamos fazendo um grande esforço para resolver o problema imediato dos empreendedores, mas não esquecemos nosso futuro. Nosso investimento na educação empreendedora é mais ou menos como uma preocupação de dizer: vamos cuidar da Brasília de hoje, mas preparar a Brasília do futuro”, disse Oliveira.

Segundo o superintendente, a pandemia funcionou como uma alavanca para os projetos destinados ao público infanto-juvenil: “Como as crianças estavam em casa e precisamos atuar fortemente nesses canais digitais, trabalhamos com muita atenção”.

“Só no ano passado, atendemos 170 mil crianças nas escolas públicas no DF. Nos últimos três anos, atendemos mais crianças do que em toda a história da educação empreendedora do Sebrae-DF. Nossa diretoria tem como prioridade atuar com a educação porque queremos preparar a próxima geração. Com a pandemia, decidimos nos dedicar ainda mais, porque era um momento importante, de reflexão”, afirmou.

Valdir Oliveira apontou

Carlos Vieira/CB

Valdir Oliveira, em entrevista ao *CB.Poder*: “Vamos cuidar da Brasília de hoje, mas também preparar a Brasília do futuro”

para o resgate da tendência para o empreendedorismo que, de acordo com ele, todos têm, mas é reprimida ao longo da vida. “A vocação empreendedora vai ficando adormecida, mas os especialistas dizem que ela não some. O que precisamos fazer é despertá-la. Então, no nosso programa de educação empreendedora, trabalhamos com crianças do primeiro grau (ensino fundamental), do segundo grau (ensino médio), e também tem uma participação nas universidades”, explicou.

Ele ainda ressaltou que a geração atual já começou a pautar os novos hábitos de consumo, e que a mudança exige rápida adaptação dos empreendedores. “Se as empresas não entenderem esse jogo, o que vai acontecer? Temos uma frase lá no Sebrae que é uma máxima nossa: em crise, o dinheiro não some, ele muda de mão. Ele sai da mão de acomodado e vai para a mão do que decidiu se adaptar à nova realidade. Nesse momento de pandemia, a decisão de consumo mudou e incorporou a agilidade e a

comodidade”, observou.

Retomada

Para o representante do Sebrae, a pandemia também trouxe uma grande concentração de consumo nos médios e grandes negócios. “Nós precisamos, nessa retomada, buscar e fortalecer o pequeno. Hoje, ele está numa dificuldade enorme porque os estudos dizem que ele não suporta mais de 27 dias sem faturamento, e passaram-se meses. Então, posso dizer que

praticamente todos quebraram, enquanto os médios e os grandes concentraram e aumentaram seu faturamento”, disse ele.

Entre as mais duras consequências citadas por Oliveira está o endividamento dos pequenos negócios “Aqueles que tiveram acesso a crédito, hoje, estão com um grande problema, porque a economia está trazendo muita oportunidade de faturamento, mas a operação comercial e o fluxo de caixa estão totalmente comprometidos”, afirmou.

Auxílio diminui pobreza

» JOÃO GABRIEL FREITAS*
» RAPHAEL PATI*

Estima-se que a pobreza e a desigualdade aumentaram no Brasil após a redução substancial e eventual descontinuação do Auxílio Emergencial em 2021, em meio ao desemprego persistentemente alto e a elevação do custo de vida. Segundo o *Relatório de Pobreza e Equidade no Brasil*, publicado pelo Banco Mundial, isso evidencia a dependência das famílias brasileiras do suporte do Estado diante de más condições no mercado de trabalho.

O levantamento mostra que a deterioração do mercado laboral diminuiu a renda domiciliar proveniente do trabalho, com os 40% mais vulneráveis da população sendo os mais atingidos. De acordo com Gabriel Lara Ibarra, economista sênior do Banco Mundial, o mercado passou a oferecer menos vagas e menores salários, o que acentuou a necessidade de medidas de assistência social.

“A dependência existiu nos últimos anos. Uma maneira de interpretar isso é que, em 2020, a pobreza foi menor do que em 2021 e em 2019. Por isso, a pobreza diminuiu tanto na pandemia, pois as famílias mais pobres, que já tinham baixíssima renda, ganharam um benefício enorme e essencial para sobreviver. Num cenário de alta inflação e menor remuneração, é inevitável olhar para a assistência do governo como uma saída possível para os mais pobres”, disse Ibarra.

Educação

O estudo também reafirmou que a parcela mais pobre da sociedade costuma ter pouco acesso à tecnologia e ao capital humano, o que ficou mais evidente com o cenário imposto pela pandemia da covid-19. A falta de aula nas escolas foi um reflexo de como a educação e a qualificação profissional foram prejudicadas durante a quarentena.

De acordo com a publicação, em julho de 2020, uma em cada cinco crianças em idade escolar não estava matriculada em alguma escola (4,4%), ou não tinha acesso a qualquer atividade escolar (15,7%). Quatro meses depois, essa parcela ainda estava acima de 10%, com alto nível de desigualdade: 27,8% das crianças do Norte e do Nordeste não estavam matriculadas ou não tinham acesso a atividades escolares.

Além disso, uma pesquisa feita por telefone indicou que as crianças que frequentavam escolas públicas eram muito menos propensas a seguir aulas presenciais, mesmo considerando-se as modalidades híbridas (42,8%, contra 76,6% das crianças no ensino particular).

O Professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Alberto Ramos, afirma que, quando as atividades foram para a forma remota, quem não tinha acesso aos recursos foi penalizado, o que afeta as perspectivas futuras quanto à educação e ao desempenho do país. “Isso vai se refletir por décadas. Ou seja, isso não se recupera e vai gerar menor rendimento do país quando essas crianças se incorporarem ao mercado de trabalho.”

*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

Gasolina: preço médio recua 6,4%

» MICHELLE PORTELA

O preço médio da gasolina caiu 6,4% no país, nesta semana, segundo levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), retornando ao patamar registrado em maio de 2021. A queda reflete a redução do ICMS sobre combustíveis, determinado pela Lei Complementar 194, que fixou um teto de 18% para a cobrança do tributo pelos estados. O recuo nos preços, somado a outras medidas, leva economistas a preverem uma retração da inflação em julho. Segundo André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), a inflação negativa deverá ser de 0,70% neste mês.

De acordo com a ANP, o litro da gasolina foi comercializado a R\$ 6,07 por litro, em média, representando uma queda de 17,8% desde que o governo começou a forçar a redução de impostos. No Distrito Federal, o preço médio da gasolina, nesta semana, foi R\$ 5,90, mas o

combustível chegou a ser encontrado por R\$ 5,69.

Conta de luz

A lei também limitou o ICMS cobrado sobre serviços de energia elétrica, telefonia e transporte público. Além disso, nesta semana, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou redução de tarifas para 10 distribuidoras de energia do país. Haverá diminuição entre 0,50% a 5,26% no valor das contas dos consumidores da Ebo, Enel RJ, CPFL Santa Cruz, CPFL Paulista, Esse, Enel CE, Coelba, Cosern, Celpe e Sulgipe. O recálculo visa adequar as tarifas à legislação que determinou a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Estamos subcaptando os efeitos do ICMS, mas à medida que o mês avança, vamos recebendo informações sobre essa retração, que poderá se confirmar com uma inflação negativa como a gente não vê há muito tempo”, avaliou André Braz.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Segundo a ANP, corte de tributos fez valor do combustível retornar ao patamar de maio de 2021

Estados querem mais compensações

» TAÍSA MEDEIROS
» FERNANDA STRICKLAND

A derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao trecho do Projeto de Lei 18/2022 que prevê compensação pelas perdas na arrecadação decorrentes da redução do ICMS sobre combustíveis animou os estados. O diretor Institucional do Comitê Nacional dos Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz), André Horta, disse que a decisão do Congresso foi positiva, e que espera a derrubada, também, de vetos relacionados a despesas

com saúde e educação, que devem ser examinados na primeira semana de agosto.

Elaborado para segurar o preço dos combustíveis, o PLP 18, que resultou na Lei Complementar 194, estabeleceu um teto de 18% para a incidência do ICMS sobre produtos como diesel e gasolina, e também sobre energia elétrica, telecomunicações e transporte coletivo, que passaram a ser considerados itens essenciais. O texto previa que a União compensaria os estados pela queda na receita, dispositivo que acabou sendo vetado pelo

presidente. O veto, porém, foi rejeitado na última quinta-feira.

Segundo Horta, houve uma discussão sobre o gatilho de compensação para o excedente a partir de 5%. “Nós acrescentamos um parágrafo para que a compensação seja integral, além do que exceder. Ou seja, quando houver queda de 7%, não mais se compensarão apenas os 2% excedentes, mas sim a totalidade desses 7%”, explicou.

O diretor lembrou que os vetos presidenciais relacionados à saúde e à educação serão analisados após o recesso

parlamentar. “Segundo a proposta inicial, a União compensará estados e municípios para manter os repasses constitucionais para essas áreas, e isso já foi aprovado pelo Senado e mantido pela Câmara. O presidente também vetou esse trecho. A rejeição desse veto seria muito importante para os estados e municípios”, apontou.

Segundo o cientista político e professor do Ibmec Danilo Moraes dos Santos, o Governo desonerou os combustíveis com o chapéu alheio, impondo renúncias de receitas relevantes

aos estados, por meio de um “teto” forçado ao ICMS. “A questão principal, porém, ainda não foi debatida: se a União deverá ou não compensar os entes subnacionais por perdas nos recursos do ICMS que seriam aplicados em saúde e educação, inclusive por meio do Fundeb. Aqui, sim, a perda será significativa e concreta”, explicou.

Santos considera provável que o Congresso derrube também esse ponto. Segundo ele, a política do governo federal optou por uma “política eleitoreira e violadora do pacto federativo”.